

**X Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas  
sobre Mudança do Clima  
Painel sobre “A Convenção Dez Anos Depois: Conquistas e  
Desafios Futuros”**

Buenos Aires, 15 de dezembro de 2004

**Pronunciamento do Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia  
Eduardo Campos**

Senhor Moderador,  
Senhoras e Senhores Ministros e Chefes de Delegação,

Agradeço a oportunidade de apresentar a visão brasileira sobre as conquistas e desafios da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, que ora completa dez anos. Registro, inicialmente, a satisfação do Governo brasileiro de que o primeiro decênio da Convenção seja celebrado, juntamente com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, na Argentina, país irmão, sócio e parceiro privilegiado do Brasil.

No discurso que pronunciou na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro deste ano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou o compromisso do Governo brasileiro com o êxito do regime internacional sobre Mudança do Clima e, em particular, com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Desejo registrar a satisfação que o Presidente Lula manifestou ao Presidente Vladimir Putin, recentemente, em Brasília, pela decisão da Federação da Rússia em ratificar o Protocolo de Quioto, permitindo assim que se cumpram os requisitos para a sua entrada em vigor.

A confiança nos princípios do multilateralismo e na busca de soluções coletivas é a chave para avaliar as conquistas e enfrentar os desafios da mudança do clima do planeta. Tais desafios não vêm barreiras políticas, culturais nem geográficas e tampouco selecionam lugares para se manifestar. Mas seus impactos são com certeza mais agudos e visíveis nos países onde as capacidades de resposta a eles são mais limitadas.

Na avaliação do Governo brasileiro, muito se progrediu no plano internacional nesses primeiros dez anos de implementação da Convenção. Criamos as estruturas jurídicas e técnicas e os foros de diálogo e decisão. Os compromissos e seus modos de implementação estão claramente delineados. A entrada em vigor do Protocolo de Quioto, no próximo mês de fevereiro, é a conquista mais evidente desse período. O Protocolo de Quioto é peça central do regime de mudança do clima e sua implementação é crucial para que possamos enfrentar os desafios que o futuro nos reserva.

Os países em desenvolvimento manifestaram seu compromisso e sua disposição em contribuir, por meio da participação em projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O Governo brasileiro considera da maior importância, conforme ficou consignado na Declaração Ministerial de Delhi, que a promoção do desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e as políticas e medidas requeridas dos países que têm obrigação de reduzir emissões de gases de efeito estufa são objetivos que devem ser buscados de maneira articulada.

A entrega pelo Brasil de sua primeira Comunicação Nacional sinaliza a importância que o Governo do Presidente Lula atribui ao cumprimento dos compromissos assumidos na Convenção. O Governo brasileiro está engajado no desenvolvimento e amplo uso das energias renováveis, no combate ao desmatamento, no emprego de tecnologias limpas, entre outras ações que contribuem para se alcançar o objetivo último da Convenção.

O regime multilateral consubstanciado na Convenção e no Protocolo de Quioto está baseado na diferenciação das responsabilidades e no compromisso comum de buscarmos soluções que reconciliem o desenvolvimento de nossas sociedades com a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. A tecnologia é o traço de união entre esses dois elementos. As capacidades dos países em desenvolvimento na avaliação dos impactos da mudança do clima devem ser fortalecidas por medidas como o desenvolvimento de ferramentas de modelagem em escala regional. Deve-se trabalhar, igualmente, para o desenvolvimento de uma estratégia global de adaptação à mudança do clima.

Senhoras e Senhores Ministros,

O Brasil considera que a discussão das ações futuras sobre mudança do clima deve ocorrer maneira objetiva e fundada nos princípios da Convenção.

O Brasil apóia essa discussão, como o demonstra nossa iniciativa conjunta com o Japão de oferecer um espaço para considerar, de maneira informal, possíveis elementos relacionados com as ações futuras. Ao acreditarmos na viabilidade desse debate, ressaltamos que ele deve ser equilibrado e deve ter presente a diferenciação, consagrada na Convenção, entre as responsabilidades históricas dos Estados pelo aumento da temperatura da Terra. A imposição de metas de redução de emissões aos países em desenvolvimento é, na opinião do Brasil, contrária à Convenção e aos princípios da justiça e da equidade nela consagrados.

A discussão sobre o futuro deve avaliar o progresso e as dificuldades na implementação de todos os compromissos assumidos na Convenção. Deve acompanhar com atenção a implementação do Protocolo de Quioto, especialmente no que refere ao cumprimento das metas nele acordadas. Deve nos conduzir à definição pela Conferência das Partes de um mandato negociador que possibilite a chegar a 2012 com um regime fortalecido pela aceitação universal e que promova políticas e medidas sociais, econômicas e ambientais

compatíveis com a melhoria da qualidade de vida de nossas sociedades, sem impor um ônus ao sistema climático que venha a comprometer as gerações futuras.

Muito obrigado.